



8ª Conferência da Cidade de São Paulo

Texto base para os Encontros Regionais

da 8ª Conferência
da Cidade de São Paulo



**CIDADE DE
SÃO PAULO**
URBANISMO E
LICENCIAMENTO



Introdução

Em 2025, a Cidade de São Paulo fará sua parte para contribuir com um movimento nacional rumo à construção de uma Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU), fruto de um amplo processo participativo envolvendo municípios, estados e o governo federal.

Nos dias 26 e 27 de abril, o Memorial da América Latina receberá a 8ª Conferência da Cidade de São Paulo, cujo objetivo será discutir e propor soluções para as áreas estratégicas como mobilidade, meio ambiente e mudanças climáticas, habitação e gestão democrática, além de eleger delegados para a etapa estadual da conferência.

O Tema da 8ª Conferência da Cidade de São Paulo será "Construindo a Política Municipal integrada com a Política Estadual e Nacional de Desenvolvimento Urbano: caminhos para cidades inclusivas, democráticas, sustentáveis e com justiça social".

A participação popular será organizada em duas etapas: os Encontros Regionais, que acontecerão entre os meses de fevereiro e abril, e o pleno da Conferência, nos dias 26 e 27 de abril. A 8ª Conferência da Cidade de São Paulo reunirá representantes do poder público, entidades da sociedade civil e população para debater propostas que busquem qualificar o município com mais oportunidades, serviços e recursos. As propostas apresentadas na conferência de São Paulo serão consolidadas em um relatório técnico, que deverá ser encaminhado, em até 10 dias após a realização do evento, à comissão organizadora da 7ª Conferência Estadual das Cidades Paulistas.

Na etapa estadual, serão realizados novos debates, desta vez, sobre as propostas das cidades do estado que, assim como São Paulo, realizaram conferências municipais, e também eleger delegados para a etapa nacional. A conferência estadual será realizada nos 27 e 28 de junho deste ano, também no Memorial da América Latina.



A Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU)

Em 2023 o Ministério das Cidades restaurou o Conselho das Cidades (ConCidades) e em conjunto com ele convocou a 6ª Conferência Nacional das Cidades¹. Em fevereiro de 2024 foi publicada a uma [Portaria MCID nº 175/2024](#) chamando os estados e municípios em todo o Brasil às agendas preparatórias para a 6ª Conferência Nacional das Cidades, para a discussão de assuntos relacionados ao desenvolvimento urbano e o estabelecimento de agendas, metas e planos para o enfrentamento de problemas existentes nas cidades.

Por esse motivo, estão sendo realizadas ao longo de 2024 e 2025 as Conferências Municipais e Estaduais para debater questões da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU), e propor soluções para a 6ª Conferência Nacional das Cidades. Estados e municípios terão a chance de discutir não só uma nova política para as cidades, mas também uma oportunidade de (re) pensar o próprio desenvolvimento urbano local.

A Política Nacional de Desenvolvimento Urbano pode ser definida como um conjunto de ações implementadas e promovidas pelos governos no campo do desenvolvimento urbano. O desenvolvimento urbano é definido pelo planejamento, gestão, transformação e preservação de cidades justas, democráticas e sustentáveis, para garantir o bem-estar e atender às necessidades da população.

A PNDU busca promover transformações urbanísticas estruturais e políticas de urbanização orientadas pelas funções sociais da cidade e da propriedade. Para isso, a política de desenvolvimento urbano deve promover a criação, gestão, renovação e preservação de áreas urbanas, por meio das políticas setoriais integradas, incluindo infraestruturas, serviços públicos, moradia, transportes, saneamento, áreas verdes e espaços públicos.

A PNDU deve ser implementada por todos os entes da federação, na perspectiva de criação de um Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano que integre e articule as ações no âmbito dos municípios, Estados, Distrito Federal e União. Atualmente, a Política Nacional se encontra fragmentada do ponto de vista das leis, dos programas e das ações públicas. Mas o que falta para que a política urbana seja capaz de gerar o desenvolvimento com sustentabilidade, entendendo que isso exige, no caso do Brasil, uma efetiva redução das desigualdades?

¹ Acesse [aqui](#) a Cartilha da 6ª Conferência Nacional das Cidades e saiba mais sobre o histórico das Conferências Nacionais das Cidades.



Se, ao longo das duas primeiras décadas do século XXI a política urbana começou a ser regulamentada, com a aprovação do Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001) e de marcos nacionais sobre os principais setores urbanos (habitação, saneamento e mobilidade) e sobre desenvolvimento na escala metropolitana e regional (Estatuto da Metrópole² e Política Nacional de Desenvolvimento Regional³), agora é preciso implementar estes dispositivos e, ao mesmo tempo, articular os temas urbanos no território, integrando-os a questões contemporâneas.

Processo participativo para a construção da 6ª Conferência Nacional das Cidades, em Brasília.

A realização da Conferência Nacional das Cidades depende de uma participação social e política ativa para que o país possa fortalecer a sua democracia e construir cidades inclusivas, democráticas, sustentáveis e com justiça social. O processo de construção das contribuições para a 6ª Conferência Nacional das Cidades é amplo e requer esforços entre os três níveis de governo.

As Conferências Municipais são essenciais para a preparação e consolidação de propostas para as Conferências Estaduais, que por sua vez contribuem para a construção das pautas que vão ser levadas para a Conferência Nacional. As etapas municipais são a “largada” e o “ponto de partida” do fluxo das contribuições de baixo para cima, e têm como missão principal debater os desafios a nível local e sua relação com a PNDU.

² Lei nº 13.089 de 12 de janeiro de 2015.

³ Decreto Nº 11.962, de 22 de março de 2024.

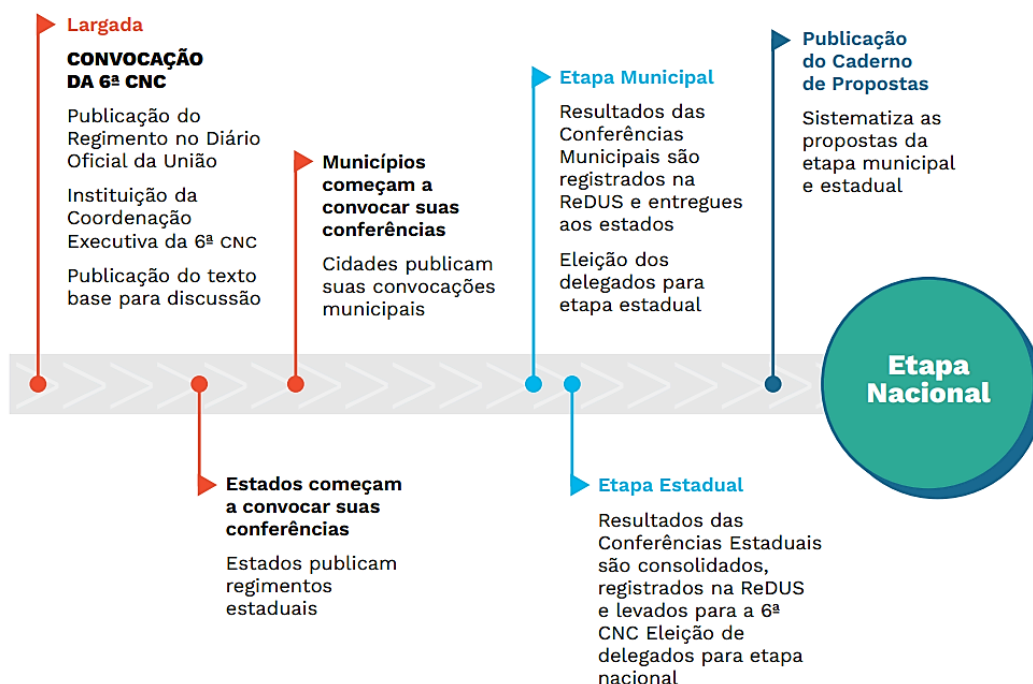


Imagem 1. Fluxo das atividades para a 6ª Conferência Nacional das Cidades

Fonte: orientações para as conferências municipais e estaduais. MCID- Governo Federal

É importante que a Conferência Municipal promova um ambiente participativo e democrático, seja pública e acessível a todos os cidadãos, e consolide como resultados finais das discussões o Relatório com as Propostas aprovadas no âmbito da Conferência Municipal, e a relação de delegados eleitos para representar o município na Etapa Estadual.

A 8ª Conferência da Cidade será aberta a todos os munícipes, mediante inscrição. Os participantes deverão ser identificados por um segmento ou entidade, conforme Portaria MCID nº 175, de 28 de fevereiro de 2024.

Objetivos da 8ª Conferência da Cidade de São Paulo

Em atendimento às diretrizes do Governo Federal e do Governo do Estado de São Paulo, o Conselho Municipal de Política Urbana (CMPU) do município de São Paulo convocou⁴, em sua 81ª Reunião

⁴ Resolução SMUL.ATECC.CMPU/005/2024.



ordinária, a 8ª Conferência da Cidade de São Paulo, que acontecerá entre os dias 26 e 27 de abril de 2025.

Como objetivo principal, a 8ª Conferência da Cidade de São Paulo será um momento para discutir desafios do município de São Paulo visando construir propostas que contribuam para *a redução da desigualdade social, o enfrentamento da emergência climática, a promoção do desenvolvimento sustentável, e a transição energética.*

Além disso, a população terá também a oportunidade de debater temas e questões de interesse dos paulistanos, definindo propostas e diretrizes para a política urbana da capital e da região metropolitana.

Outro objetivo fundamental da Etapa Municipal será consolidar e aprovar propostas do município de São Paulo a serem enviadas para o Governo do Estado de São Paulo, que realizará a 7ª Conferência Estadual das Cidades Paulista, em junho de 2025.

Por fim, a Conferência de São Paulo terá como objetivo eleger 270 delegados e delegadas municipais, que representarão o poder público e a sociedade civil nas etapas estadual e nacional.

Encontros Regionais preparatórios para a 8ª Conferência da Cidade de São Paulo

Considerando a dimensão da cidade de São Paulo, as múltiplas vivências e demandas dos seus mais de 11 milhões habitantes, e, tendo em vista a importância de se construir propostas sólidas e concretas na 8ª Conferência da Cidade de São Paulo, serão realizados ao todo 15 Encontros Regionais preparatórios para discussão e construção prévia de propostas a serem consolidadas na 8ª Conferência da Cidade de São Paulo.

O objetivo dos Encontros Regionais é descentralizar as discussões acerca da Conferência das Cidades e da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, bem como construir as propostas a serem debatidas na Etapa Municipal da Cidade de São Paulo, em abril. O mapa contendo a distribuição dos Encontros Regionais está no anexo deste documento.

Os 15 Encontros Regionais acontecerão em todas as regiões da cidade de São Paulo, permitindo assim que sua população participe ativamente, apresente sugestões e contribua para a construção de propostas preliminares. Os Encontros Regionais terão duração aproximada de 3 horas e, assim como a Conferência em abril, serão abertos para o público amplo.



Como metodologia, seguirão quatro princípios norteadores, que servirão de referência para a 8ª Conferência da Cidade de São Paulo: redução da desigualdade social, emergência climática, desenvolvimento sustentável e transição energética. Esses princípios são tidos como assuntos transversais da atualidade, relevantes para a formulação de uma nova política para as cidades. Desse modo, as propostas debatidas deverão ser formuladas em grupos de trabalho, a partir desses princípios, considerados estratégicos e fundamentais para o futuro das cidades.

Redução da
Desigualdade
Social

Emergência
Climática

Desenvolvimento
Sustentável

Transição
Energética

Imagem 3. Princípios Norteadores da 8ª Conferência da Cidade de São Paulo.

Os participantes se distribuirão entre quatro Grupos de Trabalho, nos quais poderão aprofundar o debate sobre os conteúdos específicos da política urbana e construir propostas objetivas. Desses grupos de trabalho deverão sair propostas que subsidiarão a realização da Conferência de São Paulo.

Os quatro Grupos de Trabalho serão: Mobilidade; Meio Ambiente e Mudança Climática; Habitação e Gestão Democrática. No diagrama abaixo estão os temas a serem abordados por cada grupo de trabalho. Todavia, cada grupo poderá explorar outros temas de relevância para a realidade local, não restringindo as discussões aos assuntos previamente listados.



Imagem 4. Grupos de Trabalho e temas específicos para os Encontros Regionais.

Mobilidade

No Grupo de Trabalho sobre “Mobilidade”, a proposta é refletir sobre como as pessoas acessam a cidade e se locomovem pelo território. A facilidade de deslocamento no ambiente urbano não é homogênea, trazendo ainda alguns desafios para determinados contextos sociais, especialmente em regiões mais periféricas e de maior vulnerabilidade. Cada região da cidade pode ter mais ou menos facilidade de acesso em função do padrão da infraestrutura de transporte e deslocamento. Importante lembrar que garantir acessibilidade universal significa também suprimir todas as barreiras físicas que impedem a participação plena e efetiva na sociedade das pessoas com deficiência.

Considerando ainda o contexto atual da mudança do clima e da emergência climática, ressalta-se a importância de pensar a cidade no caminho da mobilidade sustentável. A mobilidade urbana sustentável pressupõe o uso de formas ativas de mobilidade (caminhar e pedalar), sempre associadas ao incentivo para o uso transporte coletivo. Sobre isto, constam as políticas de incentivo à redução da emissão de gases poluentes, como o aumento da frota de ônibus elétricos, metrô e VLTs (Veículo Leve sobre Trilhos).



Desse modo, espera-se que o Grupo de Trabalho reflita sobre a importância dessas questões e qual a melhor maneira de inseri-las na política urbana, considerando certamente a mobilidade como um dos principais elementos do direito à cidade.

Perguntas norteadoras:

Pensando no seu deslocamento diário, o que seria mais eficiente para sua mobilidade?

O que tornaria a cidade mais acessível?

Essas soluções caminham na direção da redução da desigualdade social? E na direção da sustentabilidade, das mudanças climáticas e da transição energética?

Quais as prioridades para a construção de uma política de mobilidade que atenda as necessidades da cidade de São Paulo? E pensando nas cidades brasileiras, o que poderia ser priorizado na Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU)?

Meio Ambiente e Mudança Climática

No grupo de Trabalho Meio Ambiente e Mudança Climática, a proposta é refletir sobre como as pessoas se relacionam com as áreas verdes, os rios, o ar e o solo da cidade de São Paulo. Esses elementos também fazem parte do meio urbano e viver com qualidade ambiental é um direito humano. Assim, é importante discutir por região da cidade, quais as questões que mais impactam a saúde, o bem-estar e a proteção ao meio ambiente, tendo como foco o contexto de ocupação de áreas de mananciais, segurança hídrica, efluentes (esgoto), produção e gestão de resíduos (lixo), drenagem e ações contra enchentes.

Necessário também refletir sobre o papel das áreas verdes existentes, e possíveis, nas suas diversas escalas: do canteiro ao parque; na qualidade do solo e do ar da cidade; em formas sustentáveis de produção de alimento; e na fauna compatível com o ambiente urbano.

O Grupo de Trabalho deve pensar nas questões relacionadas ao meio ambiente e sobre a qualidade de vida das pessoas que moram em São Paulo, tendo em vista as mudanças evidentes do clima, o aumento dos eventos extremos e os seus impactos deles em nosso cotidiano. Além disso, refletir como o PanClima SP (Plano de Ação Climática) e a Agenda 2030 podem dialogar com as políticas em outras esferas de governo, bem como meios para aprimorar seus instrumentos de atuação. Como construir



uma nova política urbana alinhada às diretrizes da Rio+20, do Acordo de Paris (COP 21), bem como a COP 30, a ser realizada na cidade de Belém em 2025.

Perguntas norteadoras:

Pensando na relação da cidade com as áreas verdes, a água, o saneamento e os resíduos que ela produz, o que poderia melhorar a qualidade de vida e ambiental?

Em sua opinião, o que é necessário para que a sua cidade e seu bairro estejam preparados para enfrentar os efeitos das mudanças climáticas?

Essas soluções caminham na direção da redução da desigualdade social?

Quais as prioridades para a construção de uma política de meio ambiente e mudanças climáticas que atenda as necessidades da cidade de São Paulo?

Habitação

No Grupo de Trabalho “Habitação” a proposta é refletir sobre os modos de morar na cidade de São Paulo em suas variadas escalas: da política habitacional municipal até programas nacionais de habitação. Abarca desde a qualidade das casas, que em muitas situações necessitam de melhorias e requalificação, o déficit habitacional e suas formas de mitigação, como a produção e os incentivos à Habitação de Interesse Social e a Locação Social. Em alguns contextos, a regularização fundiária e a urbanização dos assentamentos existentes são o tema mais importante, muitas vezes associados à gestão de risco e a articulação entre as zonas urbana e rural. Não se pode esquecer também do ônus excessivo de famílias com aluguel, do adensamento excessivo de determinadas áreas e da demanda habitacional persistente.

A melhoria da qualidade de vida no centro também é uma preocupação da cidade de São Paulo, assim como o atendimento às pessoas em situação de rua. Todas as pessoas têm o direito ao acesso à moradia digna, abastecida de serviços básicos como água, luz, esgoto e coleta de lixo. Assim como usufruir de equipamentos públicos adequados e suficientes (saúde, educação, transporte, lazer e cultura), e acessar oportunidades de geração de renda.

Este grupo deve pensar nas questões relacionadas à habitação e na prática da função social da propriedade, em ações e políticas para regiões que sofrem com processo de depreciação.



Perguntas norteadoras:

Pensando a cidade de São Paulo, quais as medidas necessárias para garantir o acesso à moradia digna, à habitação de interesse social e à regularização fundiária, em especial para as populações mais vulneráveis?

Como garantir a proteção da população em área de risco?

Essas soluções caminham na direção da sustentabilidade, das mudanças climáticas e da transição energética?

Quais as prioridades para a construção de uma política de habitação de interesse social que atenda as necessidades da cidade de São Paulo?

Gestão Democrática

No grupo de Trabalho “Gestão Democrática”, a proposta é refletir sobre a participação popular e seus instrumentos municipais (consultas públicas, conselhos gestores e demais órgãos colegiados) e como os diferentes setores se articulam para garantir o bem-estar da sua população. Discutir instrumentos para prover e gerir os recursos públicos de modo mais eficiente e suficiente a todos os grupos da população, com participação social na tomada de decisão e no monitoramento e avaliação de políticas públicas. Se há programas de incentivo ao associativismo, às cooperativas e demais iniciativas do terceiro setor que contribuam para a geração de renda, por meio da economia criativa, do empreendedorismo e do turismo sustentável. Se há ações e iniciativas suficientes de cultura, esporte e lazer para as diferentes faixas etárias e se há políticas adequadas de formação sociocultural e empregabilidade.

Por fim, é importante ainda debater como o município de São Paulo se articula com os demais municípios da Região Metropolitana e do Estado, e o que é necessário para a implementação de um Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano viável. Em outras palavras, como o Sistema Municipal de Planejamento Urbano, instrumento dado pelo Plano Diretor Estratégico da capital, pode subsidiar a construção de um sistema nacional que integre e monitore as diretrizes da PNDU com as ações dos diversos planos setoriais.

Este grupo deve pensar sobre as formas participativas de destinação dos investimentos públicos e de acompanhamento dos recursos executados, como em formas de cooperação entre o município e os demais setores, visando o desenvolvimento sociocultural da sua população.



Perguntas norteadoras:

Você conhece os instrumentos de participação social no seu bairro e na cidade de São Paulo? Eles atendem seus objetivos?

Qual sua proposta para a efetiva participação na construção, no monitoramento e na avaliação das políticas públicas no seu bairro e na sua cidade?

Que medidas devem ser adotadas para garantir o desenvolvimento na cultura, no esporte, no lazer e do empreendedorismo?

Quais as prioridades para a construção de uma política de participação social que atenda as necessidades da cidade de São Paulo?

A Comissão Organizadora

A realização da 8ª Conferência Municipal da Cidade de São Paulo é de responsabilidade de uma Comissão Organizadora⁵ presidida pela Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento (SMUL). O grupo é composto por 25 membros e respectivos suplentes, sendo 11 do setor público (9 do Poder Executivo e 2 do Poder Legislativo) e 14 da sociedade civil, definidos pelo Conselho Municipal de Política Urbana (CMPU), que convocou a 8ª Conferência Municipal da Cidade.

Entre outras atribuições, a Comissão Organizadora é responsável por definir o modelo da Conferência Municipal, os participantes e a programação, além de elaborar os critérios de participação e de eleição de delegados e delegadas que representarão o município na Conferência Estadual. Além disso, a Comissão Organizadora também foi responsável pela elaboração e aprovação do Regimento Interno⁶ da 8ª Conferência da Cidade de São Paulo, que pode ser acessado na página da [Conferência](#).

Eleição de delegados para a 7ª Conferência Estadual das Cidades

Como já mencionado, para representar a cidade de São Paulo na conferência estadual, a 8ª Conferência Municipal da Cidade elegerá 270 delegados e delegadas municipais (titulares e

⁵ Portaria nº 76 SMUL/GAB, de 03 de junho de 2024.

⁶ Atos Normativos e Despachos SMUL/GAB Nº 114713917.



suplentes). O montante, proporcional ao número de habitantes do município, foi definido por Portaria nº 03, de 28 de março de 2024, do Governo do Estado.

Serão eleitos representantes para seis segmentos: 114 delegados do Poder Público (Legislativo e Executivo), 72 delegados de Movimentos Populares, 27 delegados de Trabalhadores (representados por suas entidades sindicais), 27 delegados de empresários, 19 delegados de Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa, e 11 delegados de Organizações Não Governamentais.



Imagem 5. Distribuição das vagas de delegados da Cidade de São Paulo para a Etapa Estadual, por segmento.

Os membros da sociedade civil serão definidos mediante votos dos seus pares que se credenciarem na conferência. Já os representantes do Poder Público serão indicados pela Prefeitura de São Paulo e Câmara Municipal. A lista de delegados e delegadas da cidade deverá ser encaminhada, junto com o relatório Final, em até 10 dias após a realização da Conferência Municipal para a Comissão Organizadora da etapa estadual.

Datas das Conferências

- 15 Encontros Regionais da Cidade de São Paulo: fevereiro, março e abril de 2025
- 8ª Conferência Municipal da Cidade de São Paulo: 26 e 27 de abril de 2025
- 7ª Conferência Estadual das Cidades Paulistas: 27 e 28 de junho de 2025
- 6ª Conferência Nacional das Cidades: 2025 (data a ser definida)



Diante do desafio chamado, a cidade de São Paulo se prepara e convida a todos a participarem da 8ª Conferência da Cidade! As informações sobre a etapa municipal de São Paulo, datas e locais dos Encontros Regionais e outros documentos de interesse estão disponíveis na página da [8ª Conferência da Cidade de São Paulo](#), e do [Gestão Urbana](#).

Participe!

ANEXO
Encontros Regionais da 8ª Conferência da Cidade de São Paulo

